

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

PROCESSO TC-16739/21

ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. PENSÃO.

Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, concede-se **registro aos atos** de pensão por entendê-los legais.

ACÓRDÃO AC1-TC 00859/22

<u>01. Origem</u>: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Bayeux - IPAM

<u>02. Beneficiários</u>: Vanessa Pontes Marques

Anne Carolinne Pontes dos Santos Isis Pontes dos Santos Vitoria Mayara de Araújo Santos

Pensão Temporária Pensão Temporária

Pensão Temporária

Pensão Vitalícia

03. Servidor falecido:

3.1. Nome: José Irinaldo dos Santos

3.2. Cargo: Vigilante 3.3. Matrícula: 3917

3.4. Lotação: Secretaria de Segurança e Proteção Social

04. Caracterização da Pensão:

4.1. Autoridade responsável: IPAM

4.2. Data da Publicação: Jornal Oficial do Município, de 25 de agosto de 2021.

05. Relatório da Auditoria: O Órgão Técnico não detectou inconformidades na concessão do benefício, razão pela qual concluiu pela legalidade, recomendando o registro dos atos concessórios: Portaria Nº 49/2021 (fl. 23), Vanessa Pontes Marques; Portaria Nº 50/2021 (fl. 24), Isis Pontes dos Santos; Portaria Nº 51/2021 (fl. 25), Anne Carolinne Pontes dos Santos; e Portaria Nº 52/2021 (fl. 26), Vitoria Mayara de Araújo Santos.

<u>06. Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (MPC-PB)</u>: Oralmente, na presente sessão, opinou pela legalidade dos atos concessórios de pensão e por conceder-lhes o competente registro.

<u>07. Voto do Relator</u>: Pela regularidade do cálculo efetuado pelo órgão de origem, legalidade dos atos concessórios e emissão do competente registro.

08. Decisão da 1ª Câmara:

ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em reconhecer a regularidade dos cálculos e legalidade dos atos de pensão, às fls. 23 a 26, em nome de Vanessa Pontes Marques; Anne Carolinne Pontes dos Santos; Isis Pontes dos Santos; e Vitoria Mayara de Araújo Santos, concedendo-lhes o competente registro.

Publique-se, registre-se e cumpra-se. Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa. João Pessoa, 19 de maio de 2022.

Conselheiro **Fábio Túlio Filgueiras Nogueira** Relator

Fui presente, Representante do Ministério Público junto ao TCE

Assinado 19 de Maio de 2022 às 10:49



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho PRESIDENTE

Assinado 19 de Maio de 2022 às 10:31



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira RELATOR

Assinado 19 de Maio de 2022 às 11:33



Sheyla Barreto Braga de Queiroz MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO